

Edição especial 53º Conad

Nova diretoria do ANDES-SN toma posse no 53º CONAD e reafirma o direito à liberdade de organização sindical



Durante a solenidade de posse, Prof. Paulo Rizzo (à esq.), ex-presidente do Sindicato Nacional, abraça o presidente eleito Ciro Correia, e lhe transfere a responsabilidade do cargo.

Leia a cobertura completa do evento nesta edição

53º CONAD conclama o Sindicato Nacional: Autônomo, Democrático e de Luta

Com o tema central “As lutas sociais e a defesa da universidade pública”, o 53º CONAD (Conselho do ANDES-SN) foi realizado em Palmas (TO), no período de 26 a 29 de julho, contando com a participação de representantes de 42 seções sindicais, 39 delegados, 81 observadores, dois convidados e 32 diretores do Sindicato Nacional.

A ADUR-RJ foi representada pelos professores Frederico José Falcão e Lenir Lemos Furtado Aguiar, que participaram como delegado e observadora, respectivamente. O Prof. Luis Mauro S. Magalhães também esteve presente no CONAD, como Diretor do Sindicato Nacional. Ele assumiu a função de primeiro vice-presidente da Regional Rio do ANDES-SN.

Eleita em maio, a nova Diretoria do ANDES-SN, biênio 2008/2010, tomou posse durante a abertura dos trabalhos, reafirmando a luta pela ampliação da universidade brasileira de domínio público, democrática, autônoma na execução orçamentária e que estabeleça políticas na direção de um padrão unitário de qualidade: “Fundamentalmente, defendemos a concepção de que Educação é um direito de todos, obrigação do Estado e deve ser tratada como concessão de serviço público no setor particular”, afirmou.

O presidente enfatizou que a nova diretoria assume a Direção do Sindicato Nacional enfrentando uma dura conjuntura política, mas que é preciso pensar na força da organização coletiva para superar as adversidades.

Balanco da gestão anterior: ANDES-SN combativo

O ex-presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, encerrou o mandato lembrando a conjuntura na qual a diretoria anterior assumiu e ressaltando que os ataques ao Sindicato Nacional se intensificaram justamente porque a entidade se manteve combativa a todas as formas de desestruturação das universidades e dos movimentos sociais e sindicais de oposição ao governo. Rizzo afirmou que a experiência do sindicato não é só fruto da experiência de enfrentamento a essas manobras, mas também da elaboração de propostas para a carreira e a própria universidade.

Expediente

Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. Endereço: Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537

Telefax: (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurrij@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado. **Redação, edição e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb).

Fotolito e impressão: Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** mil exemplares



Acima, os professores da ADUR-RJ no 53º CONAD: Frederico Falcão, Lenir Aguiar e Luis Mauro Magalhães. Abaixo, o novo presidente do ANDES-SN, Ciro Correia, assina o termo de posse.



Foto: Aline Pereira

Paulo Rizzo também ressaltou a atuação do Sindicato Nacional no combate à relação entre as universidades públicas e as fundações privadas ditas de apoio e também registrou a luta do ANDES-SN no combate às práticas anti-sindicais no âmbito das universidades privadas, lembrando da resposta positiva da Organização Internacional do Trabalho (OIT) às denúncias feitas pelo Sindicato em 2006. Ele também enumerou conquistas de docentes de diversas universidades estaduais que enfrentaram dias de greve e saíram vitoriosos e afirmou: “Essa diretoria despede-se da função, sabedora de que foi propositiva, e de que acertou mais do que errou”.

Representantes de movimentos organizados e autoridades participaram da cerimônia de posse

Além dos dirigentes do ANDES-SN 2006/2008, representantes de outros movimentos organizados também participaram da cerimônia de posse da nova diretoria do Sindicato Nacional. Dentre eles, o coordenador da Coordenação Geral de Lutas (Conlutas), Atinágoras Lopes; Ricardo Eugênio Ferreira pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais em Educação Básica e Profissional (Sinasefe); Adriano Castorino, pelo Sindicato dos Técnicos Administrativos da UFT (SINTAD); o reitor da Universidade Federal de Tocantins, Allan Kardec Barbiero, que também representava a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); e João Araújo Lima Junior, secretário adjunto de Ciência e Tecnologia do Tocantins, também representando o governador do Estado.

Todos parabenizaram o ANDES-SN pelos anos de luta e combatividade em defesa do ensino público de qualidade e pelo direito dos professores. Contudo, destacaram-se as intervenções de Atinágoras Lopes, coordenador da Conlutas, que reafirmou o papel do ANDES-SN na construção da Conlutas e da luta de classes. Citou o exemplo vitorioso dos 12 mil trabalhadores da refinaria da Petrobrás de São José dos Campos, que estiveram em greve por um mês em busca de melhores condições salariais e de trabalho. Segundo Atinágoras, obtiveram um reajuste de 10%, pagamento das horas extras e ainda conquistaram 90 dias de estabilidade no emprego.

Sobre a intensificação dos ataques sofridos pelo Sindicato Nacional por parte do

governo e da CUT, Lopes foi enfático: “precisamos fazer com que cada entidade da Conlutas sinta a defesa do ANDES-SN como uma luta própria, e será esse o espírito do Congresso da Conlutas, que terá mais de 4,5 mil participantes”, disse, conclamando o plenário a participar do evento que realizou-se em MG, no período de 3 a 6 de julho.

Assim como o coordenador da Conlutas, George Ribeiro Brito, presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins (SESDUFT), anfitriã do

53º CONAD, considerou expressiva a participação do Sindicato Nacional na Conlutas para a unificação do movimentos dos trabalhadores.

George Ribeiro Brito expôs as lutas da SESDUFT, que combateu duramente o projeto de expansão do governo federal. Contudo, a UFT foi da primeira universidade federal a implantar o Reuni. “Sob a máscara da expansão, esse programa somente intensificará o sucateamento dessa universidade antes mesmo de sua consolidação definitiva”, disse o presidente da seção sindical.

Os professores foram recepcionados pelo músico e instrumentista regional Genésio Tocantins, que, embalou o plenário com canções que exaltam a cultura brasileira, como “Coco Livre S/A” e “Jeca é jóia”. Versos da última canção

diziam: “Se farinha fosse americana, mandioca importada, banquete de bacana era farinhaada”.

Outra atração cultural ficou por conta das crianças e dos adolescentes do percussionistas do projeto social “Tambores do Tocantins”. Executando ritmos folclóricos, os músicos mirins conquistaram aplausos da platéia.



Foto: Elizângela Araújo

Exposição sobre ditadura

Reavivar a memória dos mais velhos e mostrar aos mais novos o que foi um dos mais violentos períodos da história recente do Brasil com o propósito de não deixar que esta experiência volte a se repetir, além de fomentar a discussão sobre o processo de criminalização contra os movimentos sociais, sindicais e estudantil, em curso hoje nas universidades brasileiras.

Esse é o objetivo da mostra “Direito à memória e à verdade: a Ditadura no Brasil (1964-1985)”, que foi exposta o 53º CONAD.

Um longo painel reproduzia as imagens, as poesias e as letras das canções que marcaram a resistência aos anos de repressão no país.

O Sindicato Nacional tem como uma de suas bandeiras de luta a defesa do acesso irrestrito às informações do período militar no Brasil.



Foto: Elizângela Araújo

Regional RJ do ANDES-SN toma posse no CONAD

Parte da nova Diretoria da Regional Rio do ANDES-SN tomou posse no primeiro dia do 53º CONAD. Eles ficarão à frente da Regional pelos próximos dois anos, tendo como missão aglutinar os professores das seções sindicais deste Estado, defendendo e divulgando as bandeiras históricas defendidas pelo Sindicato Nacional. Conheça os novos diretores:

1ª Vice-Presidência Rio de Janeiro
Luis Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ)

2ª Vice-Presidência Rio de Janeiro:
Waldyr Lins de Castro (ADUFF)

1ª Secretaria Rio de Janeiro:
Cláudia March Frota de Souza (ADUFF)

2ª Secretaria Rio de Janeiro:
Janete Luzia Leite (ADUFRJ)

1ª Tesouraria Rio de Janeiro:
André Elias Fidelis Feitosa (ADUFF)

2ª Tesouraria Rio de Janeiro:
Susana Moreira Padrão (ASDUERJ)



Foto: Aline Pereira

Acima, os professores André Feitosa, Janete Leite, Luis Mauro Magalhães, Waldyr de Castro, que estiveram na solenidade de posse do 53º CONAD

Lançamento da revista *Universidade e Sociedade* nº42

Temas abordam desde meio ambiente à política educacional



Foto: Kelvin Mello

Os professores Alexandre Nader, Lighia Matsuhshige, Maria do Céu de Lima e Sirlei Silveira, integrantes da comissão editorial da revista *Universidade e Sociedade*, despediram-se da Diretoria do ANDES-SN, promovendo o lançamento da edição nº 42, que aborda desde política educacional à preservação do meio ambiente.

Trazendo contribuições relevantes e fundamentadas para o debate político, essa edição contempla a discussão sobre a presença perniciososa das fundações privadas ditas de apoio nas Universidades Públicas, a criação dos IFET e a implementação do projeto de expansão do REUNI.

A revista *Universidade e Sociedade* nº 42 está disponível na sede da ADUR-RJ para consulta, e já solicitamos exemplares para venda em nossa sede. Além disso, a revista pode ser adquirida também no ANDES-SN, pelo telefone (61) 3322-7561.

Direito de livre organização sindical *versus* unicidade sindical

A ameaça à liberdade de organização sindical deu o tom dos debates do primeiro dia do 53º CONAD. Tanto o ex-presidente Paulo Rizzo, quanto o presidente recém empossado Ciro Correia destacaram, na plenária de abertura, a perseguição que o ANDES-SN vem sofrendo por parte do governo e as reações do Sindicato Nacional frente à ameaça da cassação do direito de livre organização dos docentes.

Delegados, convidados e diretores também manifestaram sua preocupação em relação ao tema, quando Ciro Correia relatou a batalha judicial que o ANDES-SN vem travando nos últimos anos. “Temos a carta sindical confirmada pela justiça, mas temos sofrido limitações para fazer valer suas prerrogativas. A Assessoria Jurídica Nacional - AJN tem acompanhado esse caso que ainda não teve um desfecho”, explicou Ciro Correia.

Entenda o processo

Em 1º de março de 1990, o ANDES-SN obteve a certidão de registro de entidade sindical, assinada pela ex-ministra do Trabalho Dorotéia Werneck. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura – CNTEEC e a Confederação dos Trabalhadores em Educação de Ensino – CONTEE se sentiram prejudicadas e impetraram mandado de segurança pleiteando a anulação do registro. O Sindicato reagiu e saiu vencedor perante a 1ª Seção do STJ. Mais tarde, essa vitória foi confirmada pelo STF, que reconheceu a validade do registro sindical. No entanto, nos últimos anos, o Ministério do Trabalho tem baixado, constantemente, novas regulamentações para a efetivação do registro sindical, muitas delas exigindo credenciamento. Por pressão política e sob o argumento da unicidade sindical, a Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE passou a criar dificuldades para o ANDES-SN, que somente em 13 de julho de 2003 obteria, novamente, seu registro sindical, suspenso outra vez em dezembro do mesmo ano. A Assessoria Jurídica Nacional – AJN impetrou mandado de segurança, obtendo liminar favorável em fevereiro de 2004, porém, em junho do mesmo ano, novamente foi suspenso. Hoje, o processo tramita no Tribunal Superior do Trabalho – TST e não há expectativa de julgamento. Interpretações divergentes

Sobre o mesmo assunto, as várias instâncias do Judiciário têm proferido decisões conflitantes. No caso do ANDES-SN, tanto o registro ministerial concedido em 1990 como o registro sindical cível do ANDES-SN foram contestados judicialmente, no entanto, o importante é que nos dois casos o Sindicato obteve vitórias transitadas em julgado.

Disputa de base

A CNTEEC e a CONTEE exigem que o ANDES-SN abdique da representação dos docentes do setor privado e por isso não retiram as impugnações, o que não foi aceito pelo Sindicato Nacional. É este o ponto conflitante entre os dois dispositivos constitucionais: o da liberdade de organização sindical e o da unicidade sindical. Na última tentativa de conciliação promovida pelo MTE, em setembro de 2007, o secretário adjunto que coordenou a reunião lembrou que o ANDES-SN teve representação acolhida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT relativa a práticas anti-sindicais nas instituições particulares. Esse mesmo funcionário é responsável por fazer a defesa do governo na OIT. Ele argumentou, ainda, que não acredita que o Legislativo decida por fim à unicidade sindical em curto ou médio prazo, e que o seu papel como mediador é estimular as entidades que têm conflito de base a recuarem ou aceitarem ficar sem o registro, apoiando-se apenas em sua legitimidade. O ANDES-SN é o sindicato dos docentes

É preciso ressaltar que o mandado de segurança impetrado pelo ANDES-SN questiona a legalidade do ato administrativo da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho. Essa mesma secretaria tem se esquivado de todos os modos de cumprir decisão judicial transitada em julgado. O importante é que o Sindicato Nacional é a entidade representativa dos docentes, e também que possui Estatuto devidamente registrado, no qual está afirmado seu caráter sindical.

A AJN destaca que o MTE suspendeu o registro sindical sem cumprir suas próprias normas ou declarar a motivação, não garantindo ao Sindicato o direito de ampla defesa. Nisto consiste a ilegalidade do ato.



Foto: Aline Pereira

“O ANDES-SN tem – e não pretende abrir mão – de sua proposta de um ensino superior de qualidade em todos os setores”,

**Ciro Correia,
novo presidente do
Sindicato Nacional**

A perseguição que o ANDES-SN vem sofrendo por parte do governo e de entidades a ele vinculadas tem preocupado os docentes e, principalmente, os dirigentes do Sindicato Nacional. A suspensão do registro sindical pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE impede a entidade de exercer plenamente seu papel de defesa e representação dos filiados, pois é prerrogativa na representação perante o judiciário.

Essa situação traz consigo o germe do autoritarismo e da tentativa de eliminação das vozes dissonantes à dos grupos que hoje detêm o poder político, notadamente o ANDES-SN, cuja atuação historicamente pautada na defesa do sindicalismo independente e autônomo, na organização pela base e pelo fim das contribuições sindicais compulsórias, e na luta em defesa da educação pública, tem sido constantemente atingido pelas decisões arbitrárias do governo.

Como reação a essa conjuntura desfavorável, os delegados do 53º CONAD decidiram pela realização de um congresso extraordinário que deverá discutir com a base a formulação de uma campanha de denúncia contra a liberdade de organização sindical.

Nesta entrevista, o presidente do Sindicato Nacional, Ciro Correia, explica a importância do registro sindical, afirma que o ANDES-SN sofre perseguição política e diz que a entidade reagirá lutando contra essa ameaça à liberdade de organização dos docentes.



“Vamos ampliar o diálogo com a sociedade para denunciar e construir um amplo espectro de apoio político ao ANDES-SN”

Foto: Aline Pereira



- Qual é, de fato e de direito, a importância do registro sindical para o ANDES-SN?

- Uma das conquistas que tivemos com a Constituição de 1988 foi que os sindicatos passaram a ter, entre suas prerrogativas, o poder de defender seus filiados perante o Judiciário por meio da substituição processual. Particularmente, para entidades de massa que cuidam de questões coletivas, isso significa uma proteção a mais para o trabalhador e um mecanismo eficiente, pois resulta em decisões que beneficiam toda a categoria, e não apenas um indivíduo. No momento em que o governo, arbitrariamente, suspendeu nosso registro sindical, utilizando-se de mecanismos burocráticos – mesmo que todos os questionamentos que foram feitos em relação ao nosso registro sindical tenham sido derrubados pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, e que a decisão tenha sido confirmada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, o Sindicato Nacional tem cerceado o seu direito de atuar perante o Judiciário em defesa dos seus filiados como substituto processual. É por isso que essa questão é relevante para o Sindicato e para a categoria.

- Na última campanha salarial, o governo dialogou com entidades sem o histórico de defesa do ANDES-SN e que não têm a representatividade da categoria. Essa postura guarda relação com a suspensão do registro sindical do ANDES-SN?

- Pois bem: temos nesse país, supostamente em vigor, o direito à liberdade de organização sindical, no entanto, esse direito, do modo como é previsto na Constituição, traz consigo uma contradição intrínseca, que é o princípio da unicidade sindical, restritiva à liberdade de organização sindical. O ANDES-SN sempre defendeu a independência e autonomia sindical, a organização pela base e o fim das contribuições sindicais compulsórias. Dado seu histórico de lutas em defesa da educação pública, por mais verbas para a educação em todos os níveis, sucessivos governos começaram a se incomodar com a nossa ação crítica, que não se coloca numa posição de parceiro das propostas governamentais. Daí, entidades que têm outra prática

sindical começaram a questionar o registro sindical do ANDES-SN e o governo federal, mais recentemente – num procedimento que consideramos muito ruim do ponto de vista da prática política, porque não respeita sequer os princípios republicanos básicos que prevêm independência entre o Estado e as entidades civis – passou a acolher esse tipo de reclamação contra o ANDES-SN. Por meio de procedimentos que consideramos absolutamente inadequados e mesmo irregulares, o Ministério do Trabalho começou a colocar restrições burocráticas para a renovação do nosso registro sindical, dificultando para os docentes universitários a utilização de mecanismos efetivos para lutar por direitos que eventualmente lhes sejam subtraídos ou demandarem questões que vão, em muitos casos, além de direitos trabalhistas. Por meio da substituição processual você pode questionar, por exemplo, preceitos constitucionais que ferem direitos coletivos. Interessa ao governo procurar colocar no lugar, ou no campo de atuação do ANDES-SN, entidades que sejam mais condescendentes com políticas que, para nós, prejudicam a população como um todo.

- Embora as ações judiciais que contestam o registro sindical do ANDES-SN tenham sido ajuizadas em 1991, podemos afirmar que a “influência” sobre o governo para dificultar ainda mais a situação seja uma represália da CUT à desfiliação do Sindicato Nacional?

- Não acredito que seja possível fazer uma relação assim, tão inequívoca e unilateral com a CUT, embora esse quadro político, no conjunto, pareça ter significado. A contestação ao registro sindical é do início dos anos 90, agora, foi nesse governo, que no nosso entendimento abandonou todo o seu histórico de luta em favor da classe trabalhadora desde que assumiu, a partir da perda, pela CUT, de sua perspectiva de sindicalismo autônomo e independente, e a partir da desfiliação do ANDES-SN

dessa central sindical, que sem dúvida nenhuma esse ataque recrudescer. Esse recrudescimento se deu, primeiro, numa perspectiva geral, quando o governo Lula anunciou, no início do primeiro mandato, a necessidade de promover uma reforma sindical. Prevendo uma grande reação da classe trabalhadora, o governo não enviou a reforma ao Congresso Nacional de forma estruturada, fazendo algo que é muito perverso do ponto de vista da ação política, que foi iniciar a implementação da reforma na prática mesmo sem ter feito a discussão global da proposta, para, em seguida, começar a assinar acordos por meio das centrais sindicais, sem que elas tenham recebido poder para fazer esse tipo de negociação em nome dos sindicatos de base, o que é um absurdo e fere o princípio de independência sindical. Na prática, o governo começou a incentivar a negociação de acordos entre patrões e centrais sindicais com os resultados valendo, inclusive, para categorias não filiadas. Essa prática de procurar destruir o pouco de estrutura sindical independente que havia no Brasil e que, mesmo com as divergências, vinha sendo razoavelmente respeitada nos governos anteriores é acirrada no governo Lula, que procura, por meio de mecanismos irregulares, ilegítimos do ponto de vista político, e mesmo ilegais, desqualificar e tirar do campo da interlocução os sindicatos efetivamente combativos. Eu acredito que é justamente porque o ANDES-SN tem uma crítica robusta, estruturada, tem espaço no meio acadêmico, no meio intelectual, tem interlocução com outros sindicatos, dialoga e participa de ações conjuntas com o movimento social, o ataque é muito mais pesado e articulado. Assim, para tentar reduzir nossas prerrogativas e nos colocar no mesmo nível de entidades que não tem reconhecimento sindical, querem nos retirar o registro para facilitar promover quem tem interesses em cooperar com as políticas do governo no campo da educação e para as universidades. É óbvio que continuaremos nossa ação no embate jurídico contra o ato que suspendeu arbitrariamente nosso registro sindical. Mais do que isso: vamos ampliar o diálogo com todos os setores da sociedade no sentido de denunciar e construir um amplo espectro de apoio político para superar esse ataque.

- Uma das principais deliberações do 53º CONAD foi que o ANDES-SN convoque um Congresso Extraordinário, de 19 a 21 de setembro, em Brasília. Qual será o principal objetivo do congresso extraordinário?



Os textos das páginas 5 a 7 são de responsabilidade das jornalistas Aline Pereira (ADUR-RJ S. Sind.) e Elizângela Araújo (ANDES-SN). Foram elaborados durante o 53º CONAD.

- Algumas pessoas acreditam que as perseguições ao ANDES-SN cessarão com a renúncia, por parte do Sindicato, da representação dos docentes da rede particular. O congresso extraordinário poderá deliberar por alguma mudança estatutária que promova essa alteração na base de representação do ANDES-SN?

- Se alguma seção sindical entender que algum tipo de alteração estatutária poderá facilitar a superação das barreiras absurdas e burocráticas, com as quais o Ministério do Trabalho tenta justificar a suspensão do nosso registro sindical, sem dúvida o congresso extraordinário tratará dessa questão. Agora, é importante destacar que entendemos que como o ato de suspensão do registro sindical não teve fundamentação, não fomos ouvidos e não tivemos direito ao contraditório, essa suspensão se deu por pressão política. E o pano de fundo dessa questão é que quem contesta o registro sindical do ANDES-SN e propicia a atuação arbitrária do governo são entidades que se sentiram prejudicadas com a atuação do Sindicato Nacional. Contudo, deve-se ponderar também as reais dificuldades que encontramos para representar com efetividade esse setor do ensino superior, face principalmente às práticas anti-sindicais adotadas por essas instituições privadas ao perseguirem todos que procuram organizar a categoria, à atuação dos Sinpro, e à situação da suspensão do registro sindical que, nesse caso, para os enfrentamentos com a patronal é da maior importância. Daí porque pode haver esse entendimento de que se o Sindicato Nacional vier a abrir mão da representação dos docentes do setor das particulares, essas entidades poderiam, eventualmente, retirar suas ações judiciais, já que alegam não ter interesse em representar os docentes da rede pública. Conseqüentemente, para os que acreditam nisso, se retirarem essas ações, essas entidades anulariam o argumento do Ministério do Trabalho, que supostamente não teria mais motivos para manter a suspensão do registro sindical. Agora, basta o olhar a seqüência de suposições interdependentes dessa linha de argumentação para se dar conta das incertezas quanto às decorrências desse tipo de ação. É preciso ter clareza quanto ao fato de que o ato do governo de restringir a voz de quem faz o sindicalismo combativo que nós fazemos não decore de uma questão meramente burocrática.

- Organizar amplo movimento de denúncia e de reação à negação do registro sindical do ANDES-SN, fomentar as discussões que permitam à categoria encaminhar propostas e deliberar sobre o conjunto de ações e medidas que o sindicato deve tomar no sentido de superar as dificuldades que nos estão sendo impostas no interesse de continuar sua luta pelos direitos da categoria e da defesa da universidade, de políticas públicas efetivamente compromissadas com a inclusão e desenvolvimento social no campo do ensino superior, da educação em geral e dos demais direitos de cidadania.

O quadro político é muito mais complexo. Mesmo que o ANDES-SN viesse a representar apenas os docentes do setor público, sua atuação continuaria combativa e na perspectiva de que ensino é direito e por isso deve ser público, gratuito, obrigação do estado, de qualidade e laico. O governo tem feito parcerias com grupos que querem fazer um sindicalismo de resultados e cooperação com o governo dentro do próprio setor público, daí, provavelmente não interessa ao governo restabelecer nosso registro sindical, pois continuaríamos combativos dentro do setor público e com propostas de democracia e organização para atender nossa concepção de ensino como direito, já mencionadas. Esses são elementos importantes do contexto no qual essa reflexão deve se dar.

- Qual a sua opinião sobre esse ponto?

- Não se deve fazer ligação direta entre abrir mão da representação do setor das particulares e reverter a suspensão do registro. O ANDES-SN tem e não pretende abrir mão de sua proposta de um ensino superior de qualidade em todos os setores. Entendemos educação, em todos os níveis, inclusive o do ensino superior, como direito da população e obrigação do Estado. Se é direito, por direito não se paga, e o Estado, no limite, faz uma concessão ao setor privado para cumprir com uma finalidade pública, e vamos continuar defendendo isso e lutando para que no setor das IPES exista um padrão mínimo de qualidade, que guarde correspondência com instituições que efetivamente se disponham a fazer ensino, pesquisa e extensão, o que hoje não ocorre; que tenha planos de carreiras para os docentes; carga horária mínima e respeito à estrutura acadêmica, como convém a uma instituição de ensino superior. Esses elementos podem continuar alimentando o combate que os setores conservadores e interessados na mercantilização da educação têm levado contra nós.

- A retirada das IPES da base do ANDES-SN não prejudicaria a luta do Sindicato, que tem obtido importantes vitórias nesse setor?

- Precisamos fazer essa avaliação. No campo do exercício do direito político e dos embates políticos da sociedade, às vezes, particularmente quando a situação é muito adversa, como é hoje em todo o mundo do trabalho, com o ataque do capital, que tem poder sobre o governo, que por sua vez ataca as entidades que lutam por democracia, justiça, financiamento adequado, pelas necessidades da população, muitas vezes, nesse caso, você tem que recuar para sobreviver. Então, se a categoria entender que tem que haver essa mudança estatutária, as instâncias organizativas do ANDES-SN considerarão essa possibilidade. Agora, não tenho dúvida nenhuma de que nossos princípios, colocados no nosso Estatuto em relação às nossas defesas, pressupõem que sempre será a nossa luta fazer sim a representação dos três setores e buscar que nesses três setores o ensino superior seja efetivamente tratado como ensino superior de fato, o que pressupõe não apenas a reprodução do conhecimento que já patrimônio da humanidade, mas construção de conhecimento novo. Isso se faz, necessariamente, em instituições que associam ensino, pesquisa e extensão, fazendo interface do trabalho acadêmico com o conjunto da sociedade.

Principais deliberações do 53º CONAD

No 53º CONAD, os professores centraram suas discussões em quatro grandes temas de trabalho: I) Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às centralidades estabelecidas no 27º Congresso; II) Questões organizativas e financeiras do ANDES-SN; e a atualização da proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira - Caderno 2; III) Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores; IV) Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores.

Durante as plenárias, houve discussões importantes sobre cada um dos grandes temas acima. Abaixo, acompanhe as principais deliberações do 53º CONAD:

III Congresso Extraordinário: Brasília, 19 a 21 de setembro

Um dos pontos polêmicos do CONAD foi o debate sobre a realização de um Congresso Extraordinário do ANDES-SN, com o objetivo de discutir estratégias emergenciais de enfrentamento ao governo, diante da atual conjuntura política. Além disso, o Congresso Extraordinário deliberará também sobre a questão do registro sindical do ANDES-SN, debatendo sobre uma possível revisão do estatuto do ANDES-SN. O Congresso Extraordinário acontecerá em Brasília, na sede do Sindicato Nacional, no período de 19 a 21 de setembro deste ano.

Plano de luta dos setores

Além da atualização do projeto educacional do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2), o 53º CONAD também atualizou o plano de lutas dos setores, já aprovado durante o 27º Congresso do Sindicato Nacional.

Quanto às IFES, o ANDES-SN deverá acompanhar e intervir junto ao Congresso Nacional, denunciando as perversidades da Medida Provisória nº 431, que reestruturou a carreira de magistério superior e criou uma nova carreira para os professores do ensino básico. Também será reivindicada a reabertura do processo de negociação do governo com o Sindicato Nacional, que acompanhará a implementação da MP e da lei que resultar de sua votação. Indicou-se a realização de reunião conjunta do Setor das Federais e do GT Carreira do ANDES-SN para estudar de forma mais aprofundada sobre o tema.

Também foi aprovado que o ANDES-SN irá intensificar ainda mais a luta pela participação das instituições particulares no Sindicato Nacional. Foi aprovado que as IPES devem participar da Campanha Salarial de 2009.

Encontro Nacional de docentes do 1º e 2º graus

Aprovou-se a realização de um Encontro Nacional de 1º e 2º graus para discutir o impacto para esses docentes da nova carreira criada pelo governo Lula. O evento analisará a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets), em substituição aos Cefets. De forma simbólica, o Encontro acontece em Curitiba (PR), nos dias 26 e 27 de julho deste ano, uma vez que o primeiro IFET a entrar em funcionamento foi o daquela cidade. De forma a fortalecer o Encontro, o Sindicato Nacional poderá subsidiar o envio de um representante por seção sindical que tenha docentes da carreira de 1º e 2º graus, se a entidade da base não tiver condições financeiras para custear a viagem do professor.

Questões organizativas e financeiras

Foi aprovada a prestação de contas do 27º Congresso e do exercício de 2007 da diretoria anterior do ANDES-SN. Foi aprovada a previsão orçamentária do Sindicato para o próximo ano. Foi homologada *ad referendum* do 28º Congresso a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pampa (Sesunipampa).

Denúncia das Fundações privadas de apoio

O ANDES-SN viabilizará ações junto ao Ministério Público e órgãos afins para impedir a atuação das fundações privadas dito de apoio no âmbito das universidades. Será realizado um levantamento de projetos de pesquisas e de cursos que estão sendo mantidos pelas fundações privadas nas instituições públicas. Os docentes receberão um documento denunciando que as fundações se apropriam da respeitabilidade social da universidade em que estão inseridas, tendo objetivos financeiros, dando pouco ou nada em troca à instituição que as sedia.

O 54º Conselho Nacional do Andes-SN (CONAD) será em Curitiba (PR), em 2009. A carta de Palmas pode ser lida em www.adur-rj.org.br

Em Minas Gerais, Conlutas realiza seu primeiro Congresso



Foto: Conlutas

O I Congresso Nacional da Conlutas foi realizado entre os dias 3 e 6 de julho, em Betim (MG). Foram credenciados 3.800 delegados, que representam 207 sindicatos, 217 oposições e minorias sindicais, 150 entidades estudantis e 70 movimentos populares. São 770 delegações de todo o país, dentre representantes dos trabalhadores, da juventude, dos movimentos sociais e populares, negros, mulheres e representantes do movimento GLBTT.

Este foi o maior congresso de trabalhadores desde 1988, quando houve o III Congresso da CUT, também em Minas Gerais.

A ADUR-RJ foi representada pelos professores que integram o GTPFS (Grupo de Trabalho de Política em Formação Sindical) da Associação. São eles: Rômulo Garcia Andrade, Luis Mauro S. Magalhães, Frederico José Falcão, Ana Cristina Souza dos Santos (integrante do Grupo de Trabalho de Política Educacional - GTPE da ADUR) e pelo Diretor da Associação, José dos Santos Souza.